

Passarinho sente-se ‘general sem tropa’

BRASÍLIA — No encontro que manteve ontem com o presidente Fernando Collor, no Palácio do Planalto, o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, queixou-se de rebeldia nas hostes governistas e criticou, indiretamente, os líderes dos partidos que apoiam o governo. “Eu me senti como um general sem tropa enquanto no plenário havia a tropa sem general”, se auto-promoveu o ministro, que é coronel da reserva do Exército.

Sua primeira missão para levar adiante o processo de reconstrução das bases governistas no Congresso deverá girar em torno dos novos nomes para as lideranças do governo na Câmara e no Senado. Os atuais líderes, o deputado Renan Calheiros (PRN-AL) e o senador José Ignácio Ferreira (PST-ES), disputam eleição em seus Estados e não retornam para a próxima legislatura.

NÃO AGRADA

O primeiro vice-líder do governo na Câmara, Humberto Souto (PFL-MG), não consegue agradar nem a seus próprios colegas. Na terça-

feira, depois da primeira das três derrotas que o governo sofreu esta semana nas votações do Congresso, um parlamentar fez circular a seguinte piada: “O problema do governo é que o Renan fica em Alagoas, o José Ignácio no Espírito Santo e o Humberto solto por ai” — num trocadilho com o sobrenome Souto do deputado.

Mais afeito à mentalidade do “é dando que se recebe” do que à política do “bateu, levou” — apesar das cassações que assinou quando era ministro de governos militares —, Passarinho pode indicar pessoalmente os líderes do governo. Mas, para substituir os do seu partido, o PDS, e os do PTB e do PFL, no caso de o governo levar adiante a carbonização dos atuais ocupantes dos cargos, precisará traçar um caminho mais complexo.

TROCA

Para influir no voto dos deputados que renovarão o mandato dos líderes, o governo dispõe dos caminhos tradicionais, como o de oferecer cargos em troca do apoio, mas também pode in-

vestir numa ação que está sendo preparada há mais de três meses: a chamada “política de governadores”.

Para torná-la real, Collor só precisa acenar com verbas para obras para os governadores eleitos neste ano. Em troca, essa política de varejo — a pressão para controlar os votos das bancadas — ficaria por conta dos governadores.

Nos próximos dias, o distanciamento entre o governo e a sua base de apoio no Congresso poderá provocar problemas variados. Se os dois lados mantiverem a política do “bateu, levou”, o confronto poderá tornar inviável a votação do projeto orçamentário do próximo ano. E sem a votação do orçamento, como demonstrou dramaticamente situação recente tanto nos Estados Unidos como no Brasil, a máquina do Estado não tem como funcionar.

Na política, como nas relações pessoais, o ponto extremo do radicalismo do “bateu, levou”, pode ser a pena de morte — não por acaso a principal plataforma eleitoral do deputado Amaral Neto. (L.S./V.M.)